

Educação digital: o lugar das competências informacionais, midiáticas e digitais no novo componente curricular obrigatório do ensino médio brasileiro

Carlos Robson Souza da Silva

Instituto Federal do Ceará, Campus Cedro, Cedro, CE, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6489-3210>

crobsonss@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v19.61207>

Recebido/Recibido/Received: 2025-11-01

Aceito/Aceptado/Accepted: 2026-01-28

Publicado/Publicado/Published: 2026-02-20

Resumo

Com a promulgação da Política Nacional de Educação Digital, estabeleceu-se a educação digital como componente curricular obrigatório no Brasil. Tal lei levou a criação do complemento "Computação" à Base Nacional Comum Curricular e ao desenvolvimento de livros didáticos específicos para a implementação da disciplina de Educação Digital na escola. Entretanto, considerando que o Plano Nacional de Educação Digital reforça a necessidade de estímulo ao desenvolvimento de "letramentos digitais, midiáticos e informacionais" nos ambientes escolares, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender de que maneira essas competências são discutidas nos textos dos livros didáticos sobre Educação Digital e qual a influência da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nessas discussões. Para alcançar tal objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa básica, do tipo exploratória, de abordagem quali-quantitativa. Tem como resultados a análise de conteúdo aplicada a seis propostas de livros didáticos de "Educação Digital" disponíveis no Guia Digital do PNLD 2026 do Ministério da Educação, em três aspectos: frequência dos termos "competência em informação", "competência digital", "competência midiática" e suas variações; conceituação de tais termos em cada livro; presença de autores provenientes da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nas referências bibliográficas. Conclui apontando os desenvolvimentos na Biblioteconomia e na Ciência da Informação não foram acompanhados de impactos expressivos nas tomadas de decisão sobre os rumos da Educação no Brasil, uma vez que há pouca ou nenhuma presença da competência em informação e de autores da *Biblioteconomia e da Ciência da Informação nos livros de Educação Digital brasileiros*.

Palavras-chave: Educação Digital. Competência digital. Competência Midiática. Competência em Informação. Ensino Médio.

Educación digital: el lugar de las alfabetizaciones informacional, mediática y digital en el nuevo componente curricular obligatorio de la educación media brasileña

Resumen

Con la promulgación de la Política Nacional de Educación Digital, la educación digital se estableció como un componente curricular obligatorio en Brasil. Esta ley impulsó la creación del suplemento "Informática" de la Base Curricular Nacional Común y el desarrollo de libros de texto

específicos para la implementación de la asignatura de Educación Digital en las escuelas. Sin embargo, considerando que el Plan Nacional de Educación Digital refuerza la necesidad de estimular el desarrollo de la alfabetización digital, mediática e informacional en los entornos escolares, este trabajo busca comprender cómo se abordan estas competencias en los textos de los libros de texto sobre Educación Digital y cuál es la influencia de la Bibliotecología y la Documentación en estos debates. Para lograr este objetivo, se desarrolló una investigación exploratoria básica con un enfoque cualitativo-cuantitativo. Los resultados se basan en el análisis de contenido aplicado a seis libros de texto propuestos para "Educación Digital", disponibles en la Guía Digital PNLD 2026 del Ministerio de Educación, en tres aspectos: frecuencia de los términos "competência em informação", "competência digital", "competência midiática" y sus variaciones; El texto analiza la conceptualización de dichos términos en cada libro y la presencia de autores de Bibliotecología y Ciencias de la Información en las referencias bibliográficas. Concluye señalando que los avances en Bibliotecología y Ciencias de la Información no han tenido un impacto significativo en la toma de decisiones sobre la orientación de la educación en Brasil, dado que la alfabetización informacional y los autores de Bibliotecología y Ciencias de la Información son poco o nulos en los libros brasileños de Educación Digital.

Palabras clave: Educación digital. Competencia digital. Alfabetización mediática. Alfabetización informacional. Bachillerato.

Digital education: the place of information, media, and digital literacies in the new mandatory curriculum component of Brazilian high school education

Abstract:

With the enactment of the National Digital Education Policy, digital education was established as a mandatory curricular component in Brazil. This law led to the creation of the "Computing" supplement to the National Common Curricular Base and the development of specific textbooks for the implementation of the Digital Education subject in schools. However, considering that the textbooks. Plan reinforces the need to stimulate the development of "digital, media, and information literacy" in school environments. This work aims to understand how these competencies are discussed in the textbooks on Digital Education and what the influence of Library Science and Information Science is in these discussions. To achieve this objective, basic, exploratory research with a qualitative-quantitative approach was developed. The results are based on content analysis applied to six proposed "Digital Education" textbooks available in the PNLD 2026 Digital Guide of the Ministry of Education, in three aspects: frequency of the terms "competência em informação", "competência digital", "competência midiática" and their variations; The text discusses the conceptualization of such terms in each book and the presence of authors from Library Science and Information Science in the bibliographic references. It concludes by pointing out that developments in Library Science and Information Science have not been accompanied by significant impacts on decision-making regarding the direction of Education in Brazil, since there is little or no presence of information literacy and authors from Library Science and Information Science in Brazilian Digital Education books.

Keywords: Digital Education. Digital Literacy. Media Literacy. Information Literacy. High School.

1 Introdução

A partir de 2026, um novo componente curricular fará parte do elenco de disciplinas obrigatórias ofertadas na Educação Básica brasileira: a Educação Digital. Tal disciplina nasce em meio a um cenário pós-pandêmico em que as relações entre tecnologias da informação e da comunicação e a vida em sociedade se tornaram ainda mais profundas e interdependentes,

levando ao surgimento de fenômenos como a desinformação, o trabalho digital plataformizado e a ampliação do debate público por meio das redes sociais.

Todavia, a preocupação do Governo Federal em apresentar a partir da educação brasileira um posicionamento oficial sobre a necessidade de preparar os estudantes para lidarem com a informação, suas tecnologias e os seus impactos no cotidiano, remonta ao fim da década de 1990, quando do lançamento do *Programa Nacional de Informática na Educação* (Proinfo) pela Portaria n. 522, de 9 de abril de 1997, do então Ministério da Educação e do Desporto. O Proinfo tinha então “[...] a finalidade de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal” (Brasil, 2007). Em 2007, o programa foi atualizado sob o nome “Programa Nacional de Tecnologia Educacional” (ainda sob a sigla Proinfo), ampliando seus objetivos de maneira a incluir: a capacitação dos agentes educacionais, a inclusão digital com a ampliação do acesso a computadores, a preparação dos jovens e adultos para o mundo do trabalho e o fomento à produção nacional de conteúdos digitais educacionais (Brasil, 2007).

Outra referência importante desse período sobre essa temática trata-se do livro “Sociedade da Informação no Brasil: livro verde”, produzido pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. No livro, há a constatação de que o nível de “alfabetização digital” da população brasileira era ainda muito baixo, sendo necessário a implementação de ações para mudar essa situação. Todavia não assume que tal “analfabetismo” possa ser superado apenas com o treinamento para o uso de tecnologias da informação e da comunicação, mas significa

“[...] capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-lo judiciosamente, sem se deixar levar cegamente pelo poder econômico e político.” (Brasil, 2000, p. 45).

Tal entendimento inaugura o senso de complementariedade que os estudos sobre as relações entre tecnologias da informação e da comunicação, sociedade e educação apresentarão ao longo das décadas seguintes, levando a pôr em evidência a necessidade de que essas relações devam ser estudadas tanto sob uma perspectiva técnica e tecnológica, como sob uma perspectiva crítica, ética e sociocultural. Ou seja, não é apenas o estudo dos usos, mas também dos impactos que a informação e suas tecnologias produzem na sociedade.

Pelo menos três campos do conhecimento passaram a dedicar-se a tais relações com mais afinco, sendo eles: os estudos sobre Competência, Letramento e/ou Alfabetização Digital, os estudos sobre Competência, Letramento e/ou Alfabetização Informacional, e os estudos sobre Competência, Letramento e/ou Alfabetização Midiática. Promovidos por autores e

instituições de áreas como Pedagogia, Letras, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação Social e Computação, tais estudos desenvolveram-se ao longo das décadas buscando compreender de forma teórica e prática como a educação deveria incorporar ao seu cabedal de obrigações o ensino para o acesso, a avaliação e o uso da informação, suas tecnologias e mídias. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação inclusive é baluarte das pesquisas sobre “Competência em Informação”, termo cunhado por um bibliotecário americano chamado Paul Zurkowski.

Em 2014, o debate legal sobre a relação entre novas tecnologias e educação foi outra vez evidenciado por meio da publicação do chamado *Marco Civil da Internet*, através da Lei n. 12.956, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet. Na seção “Atuação do Poder Público”, a Marco Civil deixa claro o papel do poder público em desenvolver ações e programas de capacitação para o uso da internet e em cumprir

[...] o dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, [de maneira a incluir] a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico” (Brasil, 2014).

Demoraria, porém, pelo menos mais oito anos para que os debates sobre competência digital, informacional e midiática se tornassem importantes o suficiente para assumir o papel de definir os rumos da educação brasileira.

Tal papel se tornou visível com a publicação oficial do complemento “Computação” à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio do Parecer CNE/CEB n. 2/2022, em 17 de fevereiro de 2022, e pela Resolução CNE/CEB n. 1/2022, de 4 de outubro de 2022, que “[...] reforçou as [normas sobre Computação na Educação Básica como um complemento à BNCC], definindo os conteúdos e habilidades relacionados à Educação Digital que devem ser abordados nas escolas” (Histórico..., [2025]). Esse complemento apresenta as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas em todas as etapas da educação básica e agrupa tais habilidades e competências sobre três eixos: “Pensamento computacional”, “Cultura Digital” e “Mundo digital” (Brasil, 2022).

Já no ano seguinte, em 2023, o Governo Federal promulgou a Lei n. 14.533, de 11 de janeiro de 2023, instituindo assim a *Política Nacional de Educação Digital* (PNED) e apresentando-a como dividida em quatro eixos: inclusão digital, educação digital escolar, capacitação e especialização digital, e pesquisa e desenvolvimento (P&D) em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Tanto no eixo Inclusão Digital, como no eixo Educação Escolar Digital, a lei deixa claro que as ações a serem desenvolvidas sob sua orientação devem estar voltadas a promover o estímulo ao treinamento e à avaliação (autodiagnóstico) de

competências digitais, midiáticas e informacionais. Esse fato é reafirmado na “Estratégia Brasileira de Educação Midiática” (documento publicado pela Coordenação-Geral de Educação Midiática da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República que versa sobre conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal voltadas à promoção da educação para as mídias da população brasileira), quando este ressalta que o PNED prevê a “[...] promoção de competências digitais, midiáticas e informacionais de forma ampla, crítica, ética e responsável” (Brasil, 2023, p. 24).

Para realizar de forma efetiva essa promoção, o eixo Educação Digital Escolar, de acordo com a Lei do PNED (Brasil, 2023, grifo nosso), deve “[...] garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao **letramento digital e informacional** [...]” e promover como uma de suas estratégias prioritárias “[...] projetos e práticas pedagógicas no domínio da lógica, dos algoritmos, da programação, da ética aplicada ao ambiente digital, do **letramento midiático** e da cidadania na era digital [...]”. Dessa forma, a lei considera que a Educação Digital não deve se reduzir apenas ao ensino do uso das tecnologias da informação e da comunicação e toma como fundamentação teórica conceitos provenientes dos estudos sobre Competência em Informação, Midiática e Digital para que seus efeitos também incluam aspectos críticos, éticos e sociais acerca do uso da informação, das mídias e das novas tecnologias.

Diante desse panorama, a presente pesquisa surge a partir do seguinte questionamento: qual o impacto que as formulações teóricas sobre Competência em Informação, Midiática e Digital tiveram na formação do conteúdo de livros de “Educação Digital” aprovados para o PNLD 2026? Para responder a essa pergunta, desenvolveu-se como objetivo geral: compreender de que maneira essas competências são discutidas nos textos dos livros didáticos sobre Educação Digital e qual a influência da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nessas discussões.

2 Metodologia

Para alcançar o objetivo acima delimitado, realizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem quantitativa, que se baseia no levantamento de termos, conceituações e referências utilizadas em livros didáticos sobre “Educação Digital” aprovados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) a compor o *Programa Nacional do Livro e do Material Didático* (PNLD) 2026¹.

¹ Uma lista das obras aprovadas pode ser encontrada neste link: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/Resultado_da_Validacao_do_PNLD_2026_Ensino_Medio.pdf.

Ao todo, identificou-se um total de onze livros didáticos sobre “Educação Digital” aprovados para fazer parte do PNLD 2026. Entretanto, sabendo que seu acesso oficial só é possível por meio do sistema do FNDE (disponibilizado apenas para professores e diretores de escolas cadastrados), tornou-se necessário aplicar critérios para delimitar as obras que seriam analisadas. Os dois critérios utilizados para escolher as obras que formariam o *corpus* de análise foram as seguintes: estar disponível para download em formato PDF no site oficial da editora responsável pelo livro e estar disponível na forma de “Manual do Professor”. Das onze obras, apenas sete atenderam aos critérios. As sete obras podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 -*Corpus* de análise

Título	Escrita por	Coleção	Editora
<i>Educação Digital</i>	Honorato, Angel; Michely Alves, Tonett; Selke, Ricardo de Castilho	360º	FTD
<i>Consciência: uma nova jornada pela Educação Digital</i>	Pschiedt, Ana Caroline; Veronez, Wanderley Marcílio	-	Prosa Nova
<i>Educação Digital</i>	Alves, Januária Cristina; Camargo, Paulo de; Vicente, Victor	Identidade	Saraiva
<i>Educação Digital</i>	Webster, Maria Helena (Coord.); Kieling, Camila Garcia	Interação	Editora do Brasil
<i>Educação digital</i>	Dias, Gabriela (Ed.); Souza; Shirley (Ed.)	Modernapplus	Moderna
<i>Educação digital</i>	Oliveira, Márcia Andréa Almeida de	Por toda parte	FTD
<i>Educação Digital</i>	Paulussi, Brunna; Rodriguez, Diogo; Meller, André	Ser Protagonista	Edições SM

Fonte: elaboração própria.

Os livros do Quadro 1 compuseram o *corpus* de análise da presente pesquisa, análise essa realizada em quatro fases, sendo elas: formação dos autores, frequência dos termos, conceituação dos termos e presença/ausência da Ciência da Informação nas referências.

Na fase de “Formação dos autores”, realizou-se um levantamento de dados sobre a formação dos autores a partir das informações disponibilizadas nos próprios livros didáticos. Esses apresentam os dados sobre seus autores em suas páginas iniciais ou em uma seção específica chamada geralmente de “Sobre os autores”.

Na fase “Frequência dos termos”, buscou-se identificar quantas vezes as possíveis traduções dos termos originais em inglês “*digital literacy*”, “*media literacy*” e “*information literacy*” foram citados nos livros. Para determinar a variação de termos a serem pesquisados, preferiu-se tomar como referência a classificação de Gasque (2013) para possíveis traduções de “*information literacy*”, sendo elas: “letramento informacional”, “alfabetização informacional”, “competência informacional” e “habilidade informacional”. Usando essa classificação terminológica como referência, traduziu-se nesse texto “*digital literacy*” como “letramento

digital”, “alfabetização digital”, “competência digital” e “habilidade digital”, e “*media literacy*” como “letramento midiático”, “alfabetização midiática”, “competência midiática” e “habilidade midiática”.

Além disso, utilizou-se o termo “Competência em Informação”, considerada a tradução preferível pelo Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB) e pela União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Leite *et al*, 2016). Outro termo utilizado foi “Alfabetização em Informação”, encontrado pelo menos uma vez em um dos livros didáticos aqui estudados. Por fim, os levantamentos levaram em conta questões de gênero (por exemplo: midiática, midiático) e de número (por exemplo: informacional, informacionais) e para efetivar a pesquisa, utilizou-se um recurso simples do “Microsoft Edge” e do “Google Chrome” que é o “Localizar na página” por meio do atalho Ctrl+F do sistema operacional *Windows*®. Para tornar melhor a visualização dos resultados dessa fase da pesquisa, fez-se um movimento de retorno e decidiu-se por reunir outra vez os termos traduzidos sob as versões originais em inglês “*digital literacy*”, “*information literacy*” e “*media literacy*”, agora denominados termos guarda-chuvas.

Na terceira fase, “Conceituação dos termos”, recorreu-se mais uma vez ao recurso de “Localização na página”. Os termos encontrados na fase anterior foram um a um pesquisados em cada livro, buscando identificar se foram neles conceituados. Nessa fase, aceitou-se como conceituação definitiva a primeira vez que o termo aparece conceituado na obra. Por exemplo, se o termo “letramento midiático” aparecesse seis vezes no livro e apenas na terceira vez ele fosse conceituado, apenas a terceira vez seria considerada a conceituação definitiva do termo. Por outro lado, se tal termo é conceituado na terceira e na quarta vez, a quarta vez é descartada para não gerar ambiguidade. Por fim, se o termo não é conceituado nenhuma vez no livro em tela, o termo é descartado dos resultados.

Já na quarta e última fase, “Presença/ausência da Ciência da Informação nas referências”, tendo como pressuposto o impacto da literatura científica sobre o planejamento e a produção dos livros de “Educação Digital”, buscou-se por meio da contabilização das referências citadas em cada um dos sete livros aqui analisados, identificar a contribuição da Ciência da Informação e da Biblioteconomia na formação de seu conteúdo. Tal contribuição foi medida a partir da quantidade de textos elencados nas referências tendo como título “Competência em Informação” e/ou suas variações.

Para melhor identificação no processo de análise e exposição dos resultados, os livros aqui estudados são chamados neste texto pelo título de sua Coleção, excetuando-se o da editora Prosa Nova, que, por não pertencer a uma Coleção específica, é chamado pelo seu próprio título “Consciência”.

3 Resultados

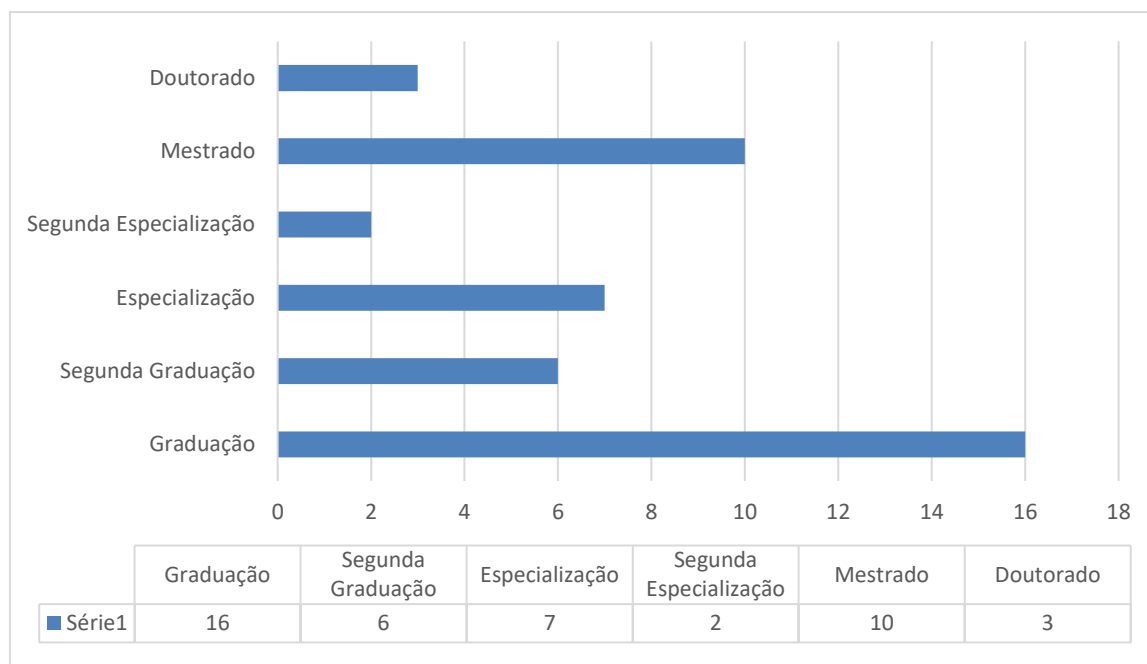
Nas subseções abaixo, é possível identificar os resultados da presente pesquisa, divididos em quatro grupos: formação dos autores, frequência dos termos, conceituação dos termos e presença/ausência da Ciência da Informação nas referências.

3.1 Formação dos autores

Ao todo, os sete livros apresentam um total de dezesseis autores, sendo que desses autores uma é intitulada como coordenadora (obra: Interação) e duas são intituladas como editoras (obra: Modernaplus).

De maneira geral, a formação dos autores pode ser visualizada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de formação dos autores



Fonte: elaboração própria.

É possível identificar no gráfico 1 que todos possuem graduação e que quase dois terços deles são mestres. É recorrente também o fato de que cerca de um terço deles possui segunda graduação e/ou especialização. Entretanto a quantidade de doutores é bem reduzida, resumindo-se a um total de três. As obras escritas e/ou coescritas por doutores são as seguintes: “Interação”, “Modernaplus” e “Por toda parte”.

Em termos de áreas de formação, é importante destacar que elas são diversas, incluindo por exemplo: Física, Matemática, Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia, Comunicação Social e

Artes Plásticas. Nesse contexto, a Comunicação Social (ou suas habilitações como Jornalismo e Editoração) é a área com mais autores formados (7), seguido de Pedagogia (4). Tal feito se repete a nível de Especialização (com três autores formados em subáreas da Comunicação Social como “Marketing e Design Digital”, “Gamificação, Engajamento e Marketing Digital”, e “Mídia, Política e Sociedade”), a nível de Mestrado (com dois autores formados em “Comunicação Social” e um em “Comunicação e Cultura”) e a nível de Doutorado (com dois autores formados em “Comunicação Social”). Por outro lado, quando a Comunicação Social é colocada em contraste com a soma de todas as outras formações juntas, ela se reduz a um pouco mais do que um terço entre os graduados, um terço entre os especializados e menos que um terço entre os mestres.

Esse cenário revela duas situações. A primeira delas é a proeminência que autores e autoras da área de Comunicação Social tiveram no processo de escolha feito pelas editoras no momento de produção de seus livros. Tal proeminência é compatível com a Comunicação Social ela mesma, uma vez que é a partir dessa área que estudos sobre educação, alfabetização, letramento e competência midiática são historicamente realizados. Dentre os livros escritos por pessoas da área de Comunicação Social, pode-se elencar: “Identidade”, “Interação”, “Modernaplust” e “Ser Protagonista”.

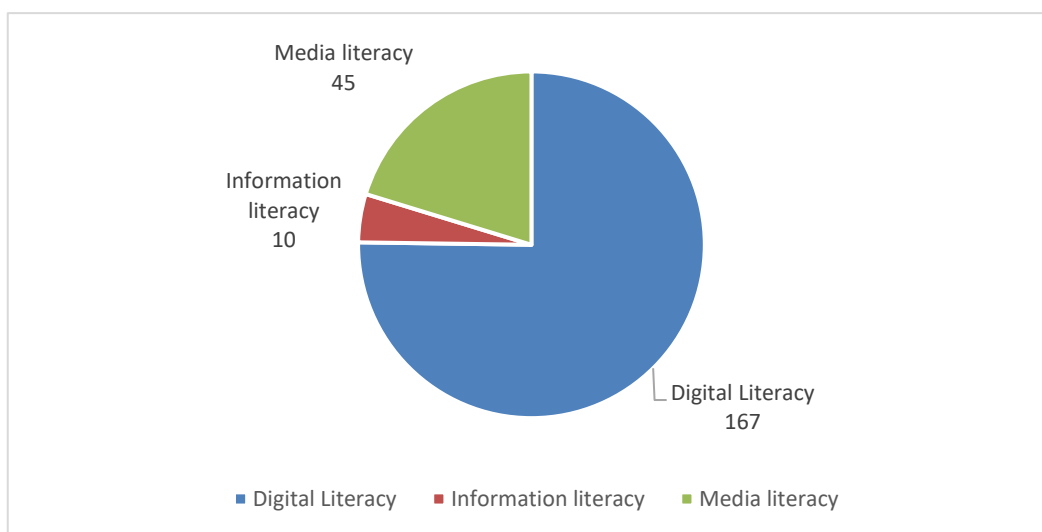
Na segunda situação, por outro lado, encontra-se uma variedade de autores, provenientes de diferentes áreas do conhecimento como Física, Matemática, Geografia, Ciências Sociais e Artes Plásticas, que não estão diretamente relacionados aos estudos sobre competência em informação, digital e midiática. Não se sabe o porquê de tais autores terem sido escolhidos, mas infere-se que possam ser pessoas cadastradas em banco de autores das respectivas editoras, ou, na melhor das hipóteses, profissionais que no mundo do trabalho atuam cotidianamente com tais temáticas de forma prática (como é o caso do livro “Consciência”). Dentre os livros escritos por pessoas de áreas não diretamente relacionadas às temáticas aqui discutidas, inclui-se: “360º”, “Consciência” e “Por toda parte”.

A presença de tais autores entram em contradição com o fato de não se encontrarem autores provenientes das áreas da Ciência da Computação (associado a estudos de pensamento computacional, programação, algoritmos, inteligência artificial, temas esses presentes em todos os livros) e da área da Ciência da Informação (responsável pelos principais estudos sobre Competência em Informação). Destaca-se ainda o fato de que o número zero de profissionais da Ciência da Informação como autores desses livros, revela o fato de que, apesar de vinte e cinco anos de pesquisa sobre a temática no Brasil, a área ainda não conseguiu ser influente o suficiente para ter espaço decisório no currículo e na formação de estudantes em uma disciplina que surge como efeito direto do crescimento do fenômeno informacional na vida cotidiana dos sujeitos.

3.2 Frequência dos termos

No Gráfico 2, é possível identificar uma condensação dos resultados obtidos nessa fase da investigação tendo como base a recorrência dos termos pesquisados na totalidade dos livros. Ao todo, os termos pesquisados apareceram em um total de 222 vezes nos sete livros didáticos aqui estudados.

Gráfico 2 – Frequência dos termos



Fonte: elaboração própria.

Desses, os termos com maior frequência de uso estão sob o guarda-chuva “*Digital literacy*”, o que já era de se esperar uma vez que a proposta dos livros é trabalhar a “Educação Digital” nas escolas. Dentre os termos sob esse guarda-chuva, citou-se mais vezes o termo “Competências Digitais” (n=80), seguido de “Letramento Digital” (n=41) e de “Habilidades digitais” (n=36). Já individualmente, os livros que mais citaram os termos sob o guarda-chuva “*Digital literacy*” foram os livros “Modernaplust” (n=64), seguido de “Por toda parte” (n=48). Cabe destacar que no livro “Consciência” nenhum dos termos apareceu sequer uma vez citado no texto da obra.

O segundo guarda-chuva com maior número de citações é o “*media literacy*”. Foram ao todo 45 citações nos sete livros didáticos estudados, sendo os termos com mais aparições “Letramento Midiático” (n=22) e “Alfabetização midiática” (n=20). Por outro lado, os termos “Competência Midiática” e “Habilidade Midiática” não aparecem nenhuma vez em nenhum livro. O livro com maior frequência no uso dos termos é “Identidade”, com cerca de 23 utilizações. Já “360º” e “Consciência” não utilizam nenhum dos termos sob o guarda-chuva “*media literacy*” nenhuma vez.

Por último e, conseqüentemente, menos citado ficou *“information literacy”*. Apesar de ser o termo com maior quantidade de traduções, tal quantidade não se refletiu em sua utilização no texto dos sete livros. Pelo menos quatro dessas traduções (Competências informacionais, Habilidade informacional, Habilidades informacionais e, inclusive, a tradução preferida no Brasil, Competência em Informação) foram sequer citadas. O termo mais recorrentemente usado foi *“letramento informacional”*, em um total de seis vezes e apenas no livro *“Modernaplust”*. Nos livros *“360º”*, *“Consciência”* e *“Interação”* os termos nem chegam a aparecer.

Como pode ser identificado nos dados acima, o livro *“Consciência”* é o que se encontra mais deslocado do debate sobre Competência em Informação, Midiática e Digital. Comparando tais dados com a origem dos autores, essa constatação pode estar diametralmente relacionada ao fato de que os autores do livro *“Consciência”* não pertencem a áreas do conhecimento diretamente relacionados aos estudos sobre as temáticas aqui debatidas. Considera-se, portanto, que essa situação pode apontar para a possibilidade de que o conteúdo da obra não seja ricamente fundamentado, uma vez que não considera os avanços que esses estudos tiveram ao longo das últimas décadas.

Algo parecido ocorre com o livro *“360º”*, também escrito por autores pertencentes a áreas do conhecimento que não estão diretamente relacionados aos estudos sobre competência em informação, digital e midiática. Apesar de que citem termos do guarda-chuva *“digital literacy”* no corpo de seu texto, ainda assim a obra está entre aquelas que menos os usam (estando a frente apenas de *“Interação”*, que usa tais termos apenas 9 vezes), não usando também vez alguma os termos dos guarda-chuvas *“media literacy”* e *“information literacy”*.

Todavia, em contraposição ao panorama acima apresentado, os livros *“Identidade”*, *“Modernaplust”*, *“Por toda parte”* e *“Ser protagonista”* citaram pelo menos uma vez termos provenientes de cada um dos guarda-chuvas aqui delimitados, sendo necessário evidenciar o fato de que o livro *“Modernaplust”* (escrito por autores provenientes da Comunicação Social) se distingue por ser a obra a realizar a maior quantidade de citações de termos provenientes de todos os guarda-chuvas aqui tratados, sendo 64 citações sob o guarda-chuva *“digital literacy”*, 5 sob o guarda-chuva *“media literacy”* e 6 sob o guarda-chuva *“information literacy”*.

3.3 Conceituação dos termos

Apesar de identificadas 222 citações dos termos aqui estudados nos sete livros analisados, é interessante apontar para o fato de que nem todas as variações de tradução de *“digital literacy”*, *“media literacy”* e *“information literacy”* são devidamente conceituadas. E isso pode ser considerado um grande problema, uma vez que sua conceituação é indispensável para entender a orientação teórica que os autores dão a suas obras.

No quadro 2 abaixo, é possível identificar os termos que foram conceituados e em quantos e quais livros tais conceituações aparecem:

Quadro 2 - Termos conceituados

Conceito	Quant.	Obras
Alfabetização digital	2	"Identidade", "Modernapplus"
Competências digitais	2	"Modernapplus", "Ser protagonista"
Letramento digital	4	"360º", "Identidade", "Modernapplus", "Ser protagonista"
Alfabetização em informação	1	"Identidade"
Competência informacional	1	"Identidade"
Alfabetização midiática	2	"Identidade", "Por toda parte"
Letramento midiático	1	"Identidade"

Fonte: elaboração própria.

De modo geral, todos os três guarda-chuvas estão representados no quadro de termos conceituados e em média na mesma quantidade. Entretanto nenhuma dessas conceituações aparecem nos livros "Consciência" e "Interação". Além disso, os livros "360º" e "Por toda parte" conceituam apenas um termo cada um. Por outro lado, o livro "Identidade" (escrito inclusive por autores provenientes da Comunicação Social) destaca-se por conceituar seis termos diferentes, sendo dois de cada guarda-chuva aqui estudado, superando até mesmo o "Modernapplus", que conceitua termos apenas do guarda-chuva "*digital literacy*".

Em relação aos termos do guarda-chuva "*digital literacy*", os livros apresentam conceituações diversas, mas complementares. O livro "Modernapplus" apresenta a "alfabetização digital" como o "[...] domínio dos signos, gestos e comportamentos necessários para ler e escrever em dispositivos como computadores e smartphones" (Dias; Souza, 2024, p. MP014), já o livro "Identidade" compreende a "Alfabetização digital" como "Alfabetização Digital Crítica", ou seja, como um "[...] conjunto de compreensões e disposições em relação à política da sociedade digital e da economia digital" (Unesco, 2022 *apud* Alves; Camargo; Vicente, 2024, p. 30).

Por outro lado, no caso do conceito de "Competências digitais", é o livro "Modernapplus" que se vai entender como "[...] o conjunto de habilidades, conhecimentos e comportamentos necessários para compreender, avaliar e utilizar ferramentas e práticas digitais" (Dias; Souza, 2024, p. 23), incluindo além disso atitudes críticas e responsáveis no uso da informação, enquanto que o livro "Ser protagonista" seguirá a BNCC entendendo tais competências como digitais e computacionais e como aquelas que abrangem os estudos relacionados ao pensamento computacional, aos algoritmos e às linguagens de programação "[promovendo

também] a compreensão dos impactos sociais e éticos das tecnologias, [de modo a preparar] o estudante para atuar de maneira responsável e informada no mundo do trabalho” (Paulussi; Rodriguez; Meller, 2024, p. 298).

Entretanto é em relação ao termo “letramento digital” que o debate sob guarda-chuva “*digital literacy*” acaba se tornando mais abrangente, uma vez que tal termo é conceituado em quatro livros diferentes. Na obra “360º”, o “letramento digital” é entendido como a “[...] habilidade de usar, entender e interagir com a tecnologia digital de maneira eficaz e crítica [...]” (Honorato; Tonett; Selke, 2024, p. 61) corroborando com o entendimento do livro “Ser protagonista”, que o apresenta como “[...] um pré-requisito para o fortalecimento da cidadania digital, ou seja, da capacidade dos cidadãos de fazer uso responsável e ético das tecnologias, atentando aos direitos e deveres existentes no ambiente digital, de modo a participar de maneira ativa na sociedade contemporânea”

O livro “Modernaplus”, por outro lado, vai apresentar o letramento digital como a “[...] capacidade de uma pessoa usar, compreender, avaliar e criar informações utilizando tecnologias digitais, [e] isso vai além de simplesmente saber usar dispositivos e aplicativos; envolve uma compreensão crítica do ambiente digital e suas implicações” (Dias; Souza, 2024, p. 24). Já o livro “Identidade” vai considerar o letramento digital como sinônimo de alfabetização midiática, incluindo, dessa forma, em seu conjunto de habilidades tanto o domínio das tecnologias digitais, como a tomada de consciência e a reflexão sobre o “[...] impacto dessas tecnologias na sociedade e na vida pessoal” (Alves; Camargo; Vicente, 2024, p. 25).

Ao atrelar o letramento digital à alfabetização midiática, o livro “Identidade” dá abertura para apresentar as conceituações trazidas pelos livros didáticos aqui estudados sobre os termos pertencentes ao guarda-chuva “*media literacy*”. Começando pela já mencionada “Alfabetização Midiática”, cabe destacar que além de identificá-la com o letramento digital, o livro “Identidade” também a conceitua a partir da perspectiva da “Alfabetização midiática e informacional (AMI)”, defendida pela UNESCO como “[...] competências essenciais [...] que permitem aos cidadãos o engajamento eficaz com a mídia e outros provedores de informação, bem como o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e aprendizagem contínuo para se socializarem e se tornarem cidadãos” (Grizzle *et al.*, 2016 *apud* Alves; Camargo; Vicente, 2024, p. 25). Inclusive esse é o mesmo ponto de vista adotado no livro “Por toda parte”, que também trata a AMI sob a orientação da UNESCO, entendendo-a como a possibilidade de “[...] capacitar cidadãos de todas as origens a buscar, avaliar, utilizar e criar informações, mídias e conteúdos digitais de maneira eficaz, ajudando-os a alcançar seus objetivos pessoais, sociais, profissionais educacionais e de desenvolvimento” (Grizzle *et al.*, 2023 *apud* Oliveira, 2024, p. 3).

Outro termo também tratado no livro “Identidade” sob o guarda-chuva da “*media literacy*” é o “letramento midiático”, conceituado como “[...] uma noção ampliada de letramento que considera nossa capacidade de acessar, compreender e avaliar criticamente diferentes aspectos da mídia e de seus conteúdos digitais, bem como de nos comunicarmos em uma variedade de contextos” (Alves; Camargo; Vicente, 2024, p. 25). Esse termo não é conceituado em nenhum outro livro aqui estudado.

Por fim, é também a partir do livro “Identidade” que é possível identificar os termos conceituados pertencentes ao guarda-chuva “*information literacy*”. A preocupação desse livro com a Competência em Informação está tanto na adoção da perspectiva da Unesco sobre Alfabetização Midiática e Informacional, como na utilização dos conceitos relacionados ao guarda-chuva “*information literacy*” presente no recorte do artigo “Inclusão digital e cidadania” de Maria Thereza Pillon Ribeiro que os seus autores disponibilizam na seção de orientações ao professor da obra. Os termos conceituados nesse recorte são “Alfabetização em Informação” e “Competência Informacional”. Para Ribeiro (*apud* Alves; Camargo; Vicente, 2024, p. 326), os dois tratariam de um conjunto de competências semelhantes, cujo objetivo principal estaria na formação de pessoas capazes de aprender ao longo da vida e de desenvolver habilidades para buscar, avaliar e usar informações de maneira a integrá-las a um corpo de conhecimentos já existente e empregá-las “[...] de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais [sendo] um direito básico em um mundo digital [que promove] a inclusão social de todas as nações”. A existência de termos do guarda-chuva “*information literacy*” conceituados no livro “Identidade”, porém, não se repete nos demais livros estudados na presente pesquisa.

Diante desse panorama, conclui-se, portanto, que as conceituações para os termos adotados nos livros apontam para o fato de que seus autores compreendem que a dinâmica da “Educação Digital” deve estar tanto relacionada ao uso das tecnologias da informação e da comunicação pelos sujeitos em sua dimensão técnica e tecnológica (algoritmos, programação, computação), como também deve ser entendida como uma disciplina atenta às dimensões críticas, éticas e sociais que a produção e o uso da informação trazem à tona na sociedade contemporânea. Em meio a essa dinâmica, a informação se evidencia como eixo central da Educação Digital Escolar seja na perspectiva da Competência Digital, da Competência Midiática ou da Competência em Informação, situação essa bastante evidente no livro “Identidade”, por exemplo.

Por outro lado, a ausência de um ou mais termos e conceituações na maior parte dos livros aqui estudados revela certa desconsideração por parte de seus autores em relação à utilização da produção científica nacional e internacional sobre as temáticas que se dedicam a

discutir. Acredita-se aqui ser impossível que durante todo o processo de planejamento e produção de suas obras, os autores não tenham podido se deparar com o número exorbitante de trabalhos acadêmicos revisados por pares sobre “*digital literacy*”, “*media literacy*” e “*information literacy*”. Tal situação pode apontar para a possibilidade de que as pesquisas sobre a temática tenham na verdade tido impacto mínimo na tomada de decisão sobre o currículo e a formação digital, midiática e informacional dos estudantes.

3.4 Presença/ausência da Ciência da Informação nas referências

Quanto à presença/ausência da Ciência da Informação nas referências dos livros aqui estudados, os resultados não foram muito promissores. Os livros “360º”, “Consciência”, “Identidade” e “Interação” não mencionam nenhuma vez em suas referências obras com o termo “Competência em informação” e/ou suas variações no título. No caso do livro “Identidade”, tal quadro chega a ser um pouco contraditório, uma vez que esse trata-se da única entre as obras aqui estudadas a conceituar termos como “Alfabetização em Informação” e “Competência informacional”.

Essa situação pode encontrar certa compensação no fato de que na subseção “Referências complementares para aprofundamento” da seção “Orientações gerais” de seu Manual do Professor, o livro “Identidade” insere em sua lista de referências o artigo “Base Nacional Comum Curricular e competências infocomunicacionais” de Daniela Silva e Jussara Borges (2020). Segundo Alves, Camargo e Vicente (2024) tal artigo “[...] estabelece uma relação das competências gerais da BNCC com as competências infocomunicacionais”. Competências infocomunicacionais trata-se de um termo cunhado por Borges (2011), bibliotecária, doutora em Ciência da Informação e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo congregar em uma nomenclatura o conjunto de habilidades que englobam competências operacionais e técnicas para lidar com o mundo digital (Competência Digital), competências para lidar com a informação (Competência em Informação) e competência para mobilizar meios de comunicação tradicionais e digitais (Competências Comunicacionais)”. É o termo que, à grosso modo, estaria mais relacionado ao entendimento do PNED sobre o eixo Educação Digital Escolar e seu papel no letramento digital, midiático e informacional dos estudantes brasileiros, mas infelizmente não é efetivamente trabalhado no corpo do texto do livro em que é citado.

Os livros “Modernaplus”, “Por toda parte” e “Ser protagonista” também não citam obras com o termo “Competência em informação” e/ou suas variações no título, mas são unânimes em citar obras da Unesco sobre “Alfabetização midiática e informacional”. “Modernaplus” e “Por toda parte” citam respectivamente em inglês e em francês o livro “*Citoyens éduqués aux*

média et à l'information: penser de manière critique, cliquer à bon escient!" de Alton Grizzle *et al* (2023); "Por toda parte" e "Ser protagonista" listam em suas referências o livro "Alfabetização midiática e informacional: currículo para a formação de professores" de Carolyn Wilson *et al* (2013); e o livro "Ser Protagonista" cita outro texto de Alton Grizzle *et al* (2016), intitulado "Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias".

A presença de obras da Unesco sobre "Alfabetização midiática e informacional" em tantos livros não é por acaso. A Unesco vem trabalhando a questão da competência em informação, midiática e digital institucionalmente pelo menos desde 2001, com o lançamento do Programa "Informação para Todos". Além dele, junto com outras instituições como a Federação Internacional de Associações Bibliotecárias (IFLA), vem desenvolvendo declarações e manifestos em prol da competência em informação, midiática e digital, e pelo menos desde 2007, vem defendendo o termo "Alfabetização Midiática e Informacional", como aquele capaz de "[...] cobrir todas as competências relacionadas à competência em informação e à competência midiática que também inclui a competência digital e tecnológica" (Unesco, [2005]). Desde então, a instituição organiza a "*Unesco Media and Information Literacy Alliance*", que possui Capítulo no Brasil (e do qual uma das autoras do livro "Identidade" é integrante), e promove anualmente o evento "Semana Global de Alfabetização Midiática e Informacional", entre 24 e 31 de outubro. Seria estranho, portanto, que obras sob sua coordenação não estivessem presente em pelo menos um dos livros didáticos de Educação Digital lançados no Brasil.

Cabe destacar, porém, que, apesar de não atenderem aos requisitos desta etapa da pesquisa, os livros "Por toda parte" e "Ser protagonista" listam em suas referências pelo menos uma obra de autores provenientes da Ciência da Informação. Em "Por toda parte", a obra listada nas referências é um artigo da comunicadora e mestra em Ciência da Informação Mayara Wasty Nascimento de Farias de título "Ética na produção e compartilhamento da informação: tensões a partir de uma perspectiva teórica", publicado na Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, em 2022. Já em "Ser Protagonista", a obra listada nas referências é um artigo do professor Carlos Alberto Ávila Araújo, docente no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado "O fenômeno da pós-verdade: uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências" publicado na Revista Alceu, em 2020. Todavia reitera-se que ambas as obras não condizem com os requisitos desta etapa da pesquisa, ou seja, não são textos em cujos títulos aparece o termo "Competência em Informação" e/ou suas variações.

O panorama acima apresentando, portanto, revela um cenário em que a Ciência da Informação, ainda que desde 1974 a nível internacional e de 2000 a nível nacional pesquisando

sobre a temática, não conseguiu oferecer nenhum impacto significativo sobre os autores que produziram tais livros. Nenhum artigo, capítulo de livro, livro, dossiê, coletânea ou trabalho apresentado em evento parece ter sido relevante o suficiente para ser discutido, citado ou ao menos listado entre as referências de livros que deveriam preocupar-se abertamente com a educação para a competência em informação. Esse cenário nos leva, por fim, a nos questionarmos sobre qual o verdadeiro efeito dos estudos que realizamos sobre as políticas públicas educacionais brasileiras e que tipo de “Educação Digital” será levada para a escola nos próximos anos.

4 Considerações finais

A disciplina de “Educação Digital” é ainda uma novidade tanto para professores e alunos, como para formadores e tomadores de decisão sobre políticas públicas educacionais, gestores da educação brasileira e editoras de livros didáticos. Essa novidade é perceptível nas próprias obras aqui estudadas, nos temas abordados nelas, nas referências normativas utilizadas para a formação de seu conteúdo e, mais especificamente, em sua fundamentação teórico-conceitual, sugerindo que o tempo entre a criação da BNCC Computação em 2022 e a publicação dos primeiros livros didáticos sobre “Educação Digital” em 2024 tenha sido talvez um período muito curto para que se desenvolvesse uma compreensão mais abrangente e concreta do que seria a “Educação Digital” e, conseqüentemente, o que deveria ser abordado nessa disciplina.

As quatro fases da presente pesquisa deixaram isso bem evidente também. Começando pela escolha dos autores, percebe-se não ter havido em todas as sete obras a determinação por encontrar autores cuja formação estivesse alinhada às áreas de estudos diretamente ligadas à temática da “Educação Digital” e das competências em informação, midiática e digital. Não que autores de áreas como Física, Matemática, Ciências Sociais e Geografia não possam se interessar sobre a temática e fundamentarem toda sua carreira em pesquisas e práticas de Educação Digital, mas é necessário ter em mente que já existem áreas como a Informática Educativa, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Pedagogia e as Letras que já se consolidaram em relação aos estudos dos novos letramentos, dentre eles o informacional, o midiático e o digital. Além disso, identificou-se que livros escritos por profissionais da área de Comunicação Social (como “Modernaplust” e “Identidade”) conseguiam apresentar um maior embasamento teórico para seus trabalhos, refletindo o fato de que essa área possui um longo histórico de pesquisa sobre alfabetização, letramento e competência midiática alinhadas a suas dimensões digitais e informacionais.

Quando se toca na questão terminológica-conceitual, que compôs a segunda e a terceira fase dessa pesquisa, a dificuldade dos autores e editoras dos livros didáticos aqui estudados em

fundamentar a “Educação Digital” no conhecimento desenvolvido ao longo das últimas décadas se revela na disparidade na utilização de termos e na conceituação desses mesmos termos relacionados aos guarda-chuvas “*digital literacy*”, “*information literacy*” e “*media literacy*”. Termos relacionados ao guarda-chuva “*digital literacy*” não só são os mais citados em todas as obras, como são os que possuem mais conceituação. No outro extremo, termos relacionados ao guarda-chuva “*information literacy*” são citados menos vezes (n=10), são conceituados menos vezes (n=2) em menos livros (n=1).

Pode-se objetar tais resultados afirmando que os livros são sobre Educação Digital, portanto termos do guarda-chuva “*digital literacy*” deveriam ter proeminência. Entretanto a Política Nacional de Educação Digital deixa claro que o seu objetivo está em fomentar uma educação que incluam igualmente o desenvolvimento de competências digitais, midiáticas e informacionais.

Esse panorama e os resultados encontrados na quarta fase da presente pesquisa apontam, porém, para o fato de que estudos sobre “Competência em Informação” e suas variações terminológicas foram deixados de lado na tomada de decisão sobre o que deveria fazer parte ou não do currículo da disciplina de “Educação Digital”. O número quase zero de referências a autores da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e o número zero de estudos sobre “Competência em Informação”, “Competência Informacional”, “Alfabetização Informacional”, “Desenvolvimento de Habilidades Informacionais”, “*Information Literacy*” ou quaisquer outras traduções do termo leva a conclusão de que os desenvolvimentos na Biblioteconomia e na Ciência da Informação sobre esta temática não foram acompanhados de impactos expressivos na tomada de decisão sobre os rumos da Educação no Brasil como um todo e na Educação Digital mais especificamente.

Os resultados da presente pesquisa, porém, não devem ser tomados apenas como desanimadores. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação devem se apropriar deles e compreender a implantação da “Educação Digital” no Brasil como um ponto de partida, como uma experiência nacional que deve ser devidamente acompanhada (tanto em termos de pesquisa científica como em termos institucionais, por meio de associações, instituições e universidades), visando reunir dados sobre o planejamento de sua aplicação em sala de aula, as formas de avaliação utilizadas pelos professores, qual a formação dos professores que se tornarão responsáveis pela oferta da disciplina e de que maneira os estudos sobre Competência em Informação podem se alinhar ainda mais aos estudos sobre Competência Digital e Midiática de maneira a proporcionar aos estudantes uma “Educação Digital” crítica e reflexiva. Em três ou quatro anos, quando o ciclo PNLD 2026 se encerrar, haverá então uma nova gama de dados que se tornarão essenciais para que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possam disputar,

no poder público e de maneira informada, espaço na tomada de decisão sobre os rumos da Educação no Brasil.

Referências

ALVES, Januária Cristina; CAMARGO, Paulo de; VICENTE, Victor. **Educação digital**: área de Educação digital: volume único: Ensino Médio: manual do professor. São Paulo: Saraiva, 2024. (Identidade).

BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5558/1/Tese%20Poscom%20Jussara%20Borges.pdf>. Acesso em 09 jul. 2025.

BRASIL. **Computação**: complemento à BNCC. [Brasília: MEC, 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/BNCCComputaoCompletoDiagramado.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Proinfo. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm. Acesso em 09 jul. 2025.

BRASIL. **Estratégia brasileira de Educação Midiática**. Brasília: SECOM, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdiגי_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em 08 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 09 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.620, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 08 de jul. 2025.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.

DIAS, Gabriela; SOUZA, Shirley (Ed.). **Educação digital**: volume único: ensino médio: manual do professor. São Paulo: Moderna, 2024.

HONORATO, Angel; TONETT, Michey Alves; SELKE, Ricardo de Castilho. **Educação digital**: volume único: ensino médio: manual do professor. São Paulo: FTD, 2024.

HISTÓRICO da BNCC. c2025. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 09 jul. 2025.

OLIVEIRA, Márcia Andréa Almeida de. **Educação digital**: volume único: ensino médio: manual do professor. São Paulo: FTD, 2024. (Por toda parte).

PAULUSSI, Brunna; RODRIGUEZ, Diogo; MELLER, André. **Educação digital**: ensino médio: volume único: manual do professor. São Paulo: Edições SM, 2024. (Ser Protagonista).

PSCHIEDT, Ana Caroline; VERONEZ, Wanderley Marcílio. **Consciência**: uma jornada pela educação digital: ensino médio: volume único. Curitiba: Prosa Nova EduCultTech, 2024.

WEBSTER, Maria Helena (Coord.); KIELING, Camila Garcia. **Educação digital**: eu, tecnológico: volume único: manual do professor. São Paulo: Editora do Brasil, 2024. (Interação).